



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aproveitar o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento

Contínuo

Nos últimos anos, surgiram notícias frequentes sobre irregularidades, falsificação de documentos e fraude para a obtenção de verbas do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo por parte de instituições educativas. Segundo alguns residentes, a organização curricular e a qualidade de muitas instituições educativas são bastante problemáticas, registaram-se, por exemplo, falta de correspondência entre a qualidade de alguns cursos e as propinas e discrepância na qualidade dos docentes, entre outros factores, o que afecta não só a utilização razoável do erário público, como também dificulta a elevação da competitividade dos residentes de Macau através deste programa.

Com vista a incentivar e apoiar a aprendizagem contínua dos residentes, o Governo lançou quatro fases consecutivas do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, desde Julho de 2011, para que os residentes pudessem aproveitar o respectivo subsídio, elevando as técnicas através do programa, consoante os seus interesses e necessidades de desenvolvimento. Contudo, segundo muitos residentes que participaram no programa, as autoridades não definiram exigências rigorosas relativamente à experiência e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

ao profissionalismo dos docentes que ministram cursos nas instituições educativas, o que afecta directamente a qualidade e o resultado desses cursos, não sendo por isso possível satisfazer integralmente a necessidade de elevar as “técnicas profissionais” dos residentes.

Além disso, o Comissariado de Auditoria (CA) já tinha apresentado opiniões sobre as primeiras três fases do programa, tendo apontado a falta de rigor na fiscalização, na inspecção e nas sanções por parte dos serviços competentes, nomeadamente, a insuficiência de fiscalização do método alternativo de inscrição e do regime de caução. Assim sendo, é necessário proceder a um bom reordenamento, com vista à utilização razoável do erário público. As receitas do cofre do Governo sofreram uma redução significativa, mas as autoridades mantiveram a promessa de não redução das despesas com o bem-estar da população, e iniciaram a quarta fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo (2020-2022). Deste modo, os serviços competentes devem apreciar os recursos preciosos que estão a ser utilizados, reforçando a fiscalização sobre o referido Programa.

Assim sendo, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. Quanto às opiniões apresentadas pelo CA, o Governo referiu que ia electrizar integralmente o sistema de inscrição e os “autos”, para colmatar as respectivas lacunas, o que merece o nosso elogio. Todavia, relativamente à “revisão das regras contidas nas Instruções de inspecção” e à “definição das medidas sancionatórias” sugeridas pelo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

CA, as autoridades vão ponderar aceitar as sugestões, para reforçar a fiscalização das instituições que proporcionam os cursos?

2. Na resposta do Governo à minha interpelação, este afirma que vai elevar a qualidade dos cursos através de mecanismos de apreciação mais rigorosos, mas segundo muitos residentes, ainda não houve melhorias efectivas quanto à discrepância de qualidade dos cursos, nem clarificação dos métodos de apreciação dos cursos e dos critérios sobre as exigências relativas aos docentes, o que dificulta a vida aos residentes no que respeita à selecção dos cursos. Quanto à optimização dos critérios de apreciação dos cursos e às exigências relativas aos docentes, o Governo deve proceder às respectivas revisão e melhorias, para se aproveitar verdadeiramente este programa, formando, de forma direccionada, os talentos necessários ao desenvolvimento diversificado de Macau. Já o fez?

11 de Dezembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting